UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

MARIA NATÁLIA SANTOS FEITOSA

**A APLICABILIDADE DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LEI Nº 13.146/2015) NA
GARANTIA DE DIREITOS EDUCACIONAIS PARA CRIANÇAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2025

MARIA NATÁLIA SANTOS FEITOSA

**A APLICABILIDADE DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LEI Nº 13.146/2015) NA
GARANTIA DE DIREITOS EDUCACIONAIS PARA CRIANÇAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Trabalho de Conclusão de Curso – *Artigo Científico*,
apresentado à Coordenação do Curso de Graduação
em Direito do Centro Universitário Doutor Leão
Sampaio, em cumprimento às exigências para a
obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Me. Francisco Thiago da Silva Mendes.

MARIA NATÁLIA SANTOS FEITOSA

**A APLICABILIDADE DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LEI Nº 13.146/2015) NA
GARANTIA DE DIREITOS EDUCACIONAIS PARA CRIANÇAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do
Trabalho de Conclusão de Curso de MARIA NATÁLIA
SANTOS FEITOSA.

Data da Apresentação 26/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Me. Francisco Thiago da Silva Mendes (Unileão)

Membro: Me. Francisco Willian Brito Bezerra II (Unileão)

Membro: Me. Pedro Adjedan David de Sousa (Unileão)

**JUAZEIRO DO NORTE-CE
2025**

A APLICABILIDADE DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LEI Nº 13.146/2015) NA GARANTIA DE DIREITOS EDUCACIONAIS PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA — TEA

Maria Natália Santos Feitosa¹
Francisco Thiago Mendes²

RESUMO

O presente estudo foca na análise da legislação brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, com ênfase na aplicação dessa normativa em favor das pessoas com Transtorno do Espectro Autista — TEA. Esta pesquisa busca compreender as dificuldades enfrentadas cotidianamente pelas famílias atípicas, especialmente no que se refere à integração educacional de seus filhos. Tais dificuldades decorrem de diversos fatores sociais, terapêuticos e políticos que impactam diretamente os métodos utilizados para a inclusão desse público no ambiente escolar. O objetivo geral deste trabalho é identificar as principais lacunas entre o que dispõe a legislação e a realidade vivenciada nas instituições de ensino. Enquanto os objetivos específicos são analisar os desafios enfrentados por escolas e centros terapêuticos na instauração de práticas inclusivas; contribuindo com propostas que promovam uma educação mais justa, equitativa e acessível para estudantes com TEA. Para alcançar o propósito deste estudo, foi aplicada uma análise bibliográfica e documental, por meio dela se constatou que, apesar dos avanços legislativos no Brasil, persistem significativas lacunas entre a teoria normativa e a prática cotidiana nas instituições de ensino. Portanto, o resultado evidencia que, embora haja um arcabouço jurídico robusto, sua plena efetividade ainda depende de políticas públicas mais eficazes. A realização desta pesquisa justifica-se pela sua relevante contribuição social e pela necessidade de ampliação do debate sobre a inclusão educacional de crianças com autismo no Brasil.

Palavras Chave: Direito à educação. TEA. Política Pública. Intervenção Multidisciplinar.

1 INTRODUÇÃO

Crianças com Transtorno do Espectro Autista — TEA, enfrentam diversos desafios no seu dia a dia. Contudo, essa realidade não é vivenciada apenas pela criança, mas também por sua família. Ser uma família atípica significa lidar constantemente com obstáculos que vão desde o preconceito social até a angústia causada pela omissão do Estado no cumprimento de seus deveres constitucionais. “Atualmente, o TEA é classificado em três níveis de suporte, variando do nível 1 ao nível 3, conforme a intensidade da intervenção terapêutica necessária para o desenvolvimento da criança” (Castro, 2023). Este estudo, portanto, fundamenta-se na

¹Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (Unileão). e-mail: nattaliafeitosa@gmail.com

² Me. Francisco Thiago Mendes - mestre em Direito da empresa e dos negócios pela UNISINOS - RS. Formado em Direito pela Universidade Regional do Cariri - URCA (2012), especialista em Direito Penal e Criminologia pela Universidade Regional do Cariri - URCA. e-mail: thiagomendes@leaosampaio.edu.br

legislação voltada às pessoas com deficiência, com especial atenção à garantia do direito à educação como direito fundamental assegurado pela Constituição Federal e por normas infraconstitucionais.

A inclusão educacional de crianças com TEA tem ganhado destaque no cenário nacional, especialmente após a promulgação da Lei nº 13.146/2015 — a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Essa norma representa um marco legal importante ao estabelecer diretrizes para garantir igualdade de condições, oportunidades e o pleno desenvolvimento social e comunitário da pessoa com deficiência, incluindo as crianças com TEA.

Nesse contexto, a problemática desta pesquisa foca na investigação da efetividade dos direitos educacionais às crianças com TEA sob a perspectiva da inclusão escolar. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico e documental, com o objetivo de identificar as lacunas existentes entre o que prevê a legislação e o que é efetivamente praticado nas instituições de ensino.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

O estudo científico é elaborado por meio das metodologias de pesquisa bibliográfica, básica e exploratória, que garantem a validade do processo investigativo e o desenvolvimento acadêmico. A metodologia, no contexto das ciências sociais, oferece ao pesquisador os instrumentos para compreender e aprofundar o tema. Conforme Prodanov (2013) ela é a "forma de abordagem em nível de abstração dos fenômenos", ou seja, o conjunto de operações mentais empregadas na pesquisa. Mota (2018) complementa afirmando que a metodologia se resume aos métodos adotados para alcançar um objetivo. A seguir, apresentam-se os métodos de pesquisa utilizados neste trabalho.

Quanto à sua natureza, esta pesquisa é básica. Segundo Gil (2002, p. 41), pesquisas básicas buscam a "aquisição de novos conhecimentos direcionados a amplas áreas com vistas à solução de reconhecidos problemas práticos". Essa definição alinha-se aos objetivos do presente estudo, que visa ampliar o conhecimento sobre a inclusão escolar como direito da criança e do adolescente, sem aplicação prática imediata. O intuito é subsidiar futuras pesquisas e possíveis ajustes nas políticas educacionais inclusivas.

No que diz respeito ao seu objetivo, a pesquisa será exploratória. Ela busca promover uma maior aproximação do autor com a temática, tornando o problema mais explícito ou auxiliando na construção de hipóteses, conforme Gil (2022, p. 42). Além disso, a pesquisa é qualitativa, pois os dados não serão analisados estatisticamente ou matematicamente, mas com foco na compreensão do fenômeno.

Por fim, esta pesquisa assume a forma de um estudo bibliográfico, com uma abordagem adequada ao seu desenvolvimento. Prodanov (2013) explica que a pesquisa bibliográfica é "concebida a partir de materiais já publicados". Zambelo (2018) complementa, garantindo que ela se vincula à leitura, análise e interpretação de diversos materiais, como livros, periódicos, manuscritos, relatórios, teses e monografias.

Dessa forma, esta pesquisa foi realizada por meio do levantamento da literatura disponível em livros e artigos científicos acessíveis em bases de dados como SciELO e Google Acadêmico. Foram utilizados descritores como “educação inclusiva”, “direito da criança e do adolescente” e “pessoas com transtorno do espectro autista”.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 Compreendendo o diagnóstico do transtorno do espectro autista — TEA

O transtorno do espectro autista — TEA, é classificado como uma condição do neurodesenvolvimento caracterizado por um conjunto de dificuldades permanentes sobre o domínio da comunicação, interação social e do comportamento inadequado. Silva (2012) expõe que “o autismo é um transtorno global do desenvolvimento infantil que [...] se prolonga por toda a vida”.

Diante desse cenário, torna-se necessário compreender as características que definem esse transtorno. Nesse sentido, Nascimento destaca como características essenciais do Transtorno do Espectro Autista:

Prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social [...] e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades [...]. Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário [...]. O estágio em que o prejuízo funcional fica evidente irá variar de acordo com características do indivíduo e seu ambiente (Nascimento, 2014).

O diagnóstico do TEA é normalmente realizado na infância, mas apesar dos avanços científicos quanto à compreensão diagnóstica e das intervenções terapêuticas, o transtorno continua a desafiar os profissionais da saúde e da educação, pois necessita cada vez mais do

diagnóstico precoce, de profissionais qualificados e intervenções continuadas, além de um ambiente acolhedor e inclusivo às crianças autistas (Castro, 2023).

O espectro do transtorno reflete a ampla variabilidade em suas manifestações, abrangendo desde casos de alta funcionalidade, em que os indivíduos apresentam habilidades comunicativas e intelectuais próximas ou superiores à média, até situações de comprometimentos significativos em diversas áreas da vida social, exigindo intervenção multidisciplinar contínua (CNJ, 2023). Nesse contexto, o Transtorno do Espectro Autista “caracteriza-se por um conjunto de sintomas que afeta as áreas da socialização, comunicação e do comportamento, sendo a interação social a mais comprometida entre elas” (Silva, 2012).

Os sintomas do TEA geralmente se manifestam antes dos três anos de idade e envolvem dificuldades em áreas como comunicação, comportamentos repetitivos, restrição alimentar, interesses restritos, processamento sensorial e atraso geral no desenvolvimento da criança atípica, quando comparado ao ritmo de desenvolvimento de uma criança típica. “Esse transtorno é caracterizado por gerar prejuízos na comunicação, dificuldade na interação social e pela presença de comportamentos ou interesses repetitivos e restritos para coisas ou pessoas. Esses prejuízos, por sua vez, afetam o desenvolvimento pessoal, social, pedagógico e, posteriormente, profissional daquela pessoa” (Castro, 2023).

O diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um processo clínico que exige a observação atenta dos sintomas característicos, além de uma avaliação multidisciplinar, que pode contar com a atuação de neurologistas, pediatras, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos e terapeutas ocupacionais. Atualmente, a principal referência para esse diagnóstico é o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o qual define critérios técnicos específicos para a identificação do transtorno pertencente ao espectro autista (Nascimento, 2014).

O comprometimento na comunicação e na interação social constitui um dos principais traços do TEA, sendo também uma das áreas mais desafiadoras no que se refere à compreensão e ao manejo do transtorno. Pessoas com TEA frequentemente enfrentam dificuldades para interpretar sinais sociais e afetivos, como expressões faciais, gestos e entonações da fala, o que compromete sua capacidade em estabelecer relações interpessoais e compreender as normas sociais. No entanto, “esses comportamentos e inabilidades irão variar conforme o nível de suporte necessário, o sexo, as comorbidades e a base genética do indivíduo” (Castro, 2023).

Nas últimas décadas, a formulação de critérios diagnósticos mais precisos, aliada ao avanço das pesquisas científicas sobre os fatores genéticos e ambientais relacionados ao TEA, tem contribuído para uma compreensão mais aprofundada do transtorno. Ainda assim, devido

à sua complexidade, o TEA demanda uma abordagem multidimensional, que considere aspectos neurobiológicos, comportamentais e sociais, como ressalta Silva (2012):

Os primeiros sintomas do autismo manifestam-se, necessariamente, antes dos 3 anos de idade, o que faz com que os profissionais da área da saúde busquem incessantemente o diagnóstico precoce. Conforme cresce e dá seus primeiros passos, a criança se torna o xodó dos pais, que "disputam" para ver qual será a primeira palavra, "papai" ou "mamãe", e não se cansam de dizer: "andou com apenas 10 meses" ou "no seu primeiro aniversário, já falava!". Mas e quando esses comportamentos não acontecem ou aparecem de forma peculiar? O acompanhamento desses marcos de desenvolvimento é de fundamental importância para o diagnóstico de qualquer alteração na primeira infância (Silva, 2012).

Além disso, as dificuldades na comunicação social podem favorecer o surgimento de um ciclo de isolamento, comprometendo o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por exemplo, enfrentam obstáculos para participar de brincadeiras simbólicas, acompanhar e participar de aulas regulares, envolverem-se em atividades em grupo e compreender as regras sociais implícitas nas interações. Esses fatores impactam negativamente a autoestima e podem contribuir para o surgimento de condições emocionais e comportamentais, como ansiedade e depressão.

Diante desse contexto, é fundamental lidar com naturalidade frente aos comportamentos característicos de crianças atípicas, como a repetição imediata de palavras e frases ou ecolalia, acolhendo-os com empatia. Quando necessário, recomenda-se redirecionar o tema da conversa de forma gentil e respeitosa (CNJ, 2023). Nesse sentido, Silva (2012) destaca:

A principal área prejudicada, e a mais evidente, é a da habilidade social. A dificuldade de interpretar os sinais sociais e as intenções dos outros impede que as pessoas com autismo percebam corretamente algumas situações no ambiente em que vivem. A segunda área comprometida é a da comunicação verbal e não verbal. A terceira é a das inadequações comportamentais (Silva, 2012).

Intervenções baseadas em treinamento de habilidades sociais, terapia de desenvolvimento de linguagem verbal e não verbal e terapia ocupacional têm sido empregadas para auxiliar no desenvolvimento dessas habilidades, com resultados variados dependendo do nível de suporte de intervenção terapêutica e das necessidades individuais de cada criança (Coelho, 2025).

Outro aspecto marcante do TEA é a presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos. Esses comportamentos podem incluir movimentos repetitivos, como palavras, bater palmas ou balançar o corpo ou os braços, e a fixação em temas ou personagens específicos, que muitas vezes ocupam grande parte da atenção, foco e do tempo do indivíduo. “Um ambiente inclusivo aos autistas abrange comunicação efetiva, antecipação e previsibilidade, acomodações sensoriais e estratégias para situações difíceis ou delicadas” (CNJ, 2023).

Embora esses comportamentos possam ser considerados limitantes, em alguns casos, o aprofundamento em áreas de interesse específico pode ser utilizado como uma ferramenta educativa e de interação. A explicação para esses comportamentos pode estar relacionada à forma como o cérebro da criança com TEA processa estímulos sensoriais. “Nesses momentos, dar instruções para que o autista possa se acalmar, argumentar ou ameaçar não são atitudes eficazes e podem mesmo piorar a crise” (CNJ, 2023).

Muitos indivíduos com o transtorno apresentam hipersensibilidade ou hipossensibilidade a estímulos como luz, som ou texturas. Essa condição conhecida como "disfunção sensorial", faz com que a criança com TEA responda de maneira intensa a estímulos que passam despercebidos ou são toleráveis para a maioria das pessoas. Essa característica pode ter um impacto significativo na qualidade de vida e na capacidade de realizar atividades diárias e, por isso, é frequentemente abordada em terapias ocupacionais e de integração sensorial.

Além dos fatores genéticos, como visto diversos estudos destaca o papel de fatores ambientais, como a exposição a substâncias tóxicas durante a gestação e complicações no nascimento, que podem contribuir para o desenvolvimento do TEA. Pesquisas com técnicas de neuroimagem, como ressonância magnética e tomografia computadorizada, mostram que indivíduos com TEA apresentam padrões de ativação cerebral diferentes dos indivíduos neurotípicos, especialmente em áreas relacionadas à comunicação e à interação social. Essa divergência pode explicar algumas das características comportamentais associadas ao transtorno, como a dificuldade em reconhecer expressões faciais e a interpretar as intenções alheias (Silva, 2012).

A compreensão do Transtorno do Espectro Autista envolve múltiplas dimensões e desafios, que abrangem desde aspectos neurobiológicos até as interações sociais e os métodos diagnósticos. Com os avanços da neurociência e da psicologia, há uma crescente conscientização sobre a complexidade e a diversidade dentro do espectro autista. Esse conhecimento é fundamental para que a sociedade adote práticas mais inclusivas e ofereça o suporte necessário às pessoas com TEA e suas famílias, promovendo um ambiente de aceitação e oportunidades.

2.2.2 Implementação legislativa e os impactos na inclusão e no desenvolvimento educacional de crianças com transtorno do espectro autista — TEA

O Brasil apresenta uma legislação de proteção à pessoa com deficiência, com base na constituição federal de 1988, sobretudo no tocante à educação, considerando que o ensino será

ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1988). Esse comando constitucional, posteriormente, foi complementado pela Lei nº 7.853/89, constituindo o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para instituir a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência (Brasil, 1989). Nessa perspectiva, Gallassi (2022) ressalta:

O direito à educação está intimamente ligado à noção de direitos humanos. De acordo com o art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948, todo ser humano tem direito à educação que será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. É, portanto, um direito necessário ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, à formação de sua personalidade, bem como de outros direitos, como isonomia, igualdade e diferença (Gallassi, 2022).

Anos mais tarde, foi instituída a Loas, dispondo sobre a organização da assistência social estabelecendo o Benefício de Prestação Continuada (Brasil, 1993). A Lei nº 10.098/2000 passou a estabelecer as normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Neste mesmo ano, a lei 10.048/2000 tratava das pessoas portadoras de deficiência e do atendimento prioritário (Brasil, 2000).

No ano de 2011, o decreto nº 7.611, garantia um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades. No ano de 2012 foi instituída a Lei Berenice Piana instituindo a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Em 2015, a lei nº 13.146 passou a instituir a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, como uma das leis de maior relevância com relação à proteção dos direitos dos autistas. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência consolidou e ampliou os direitos das pessoas com deficiência, contemplando também as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assegurando-lhes igualdade de condições no acesso à educação e vedando qualquer tipo de discriminação em razão da deficiência. O art. 28 da mencionada norma é explícito ao estabelecer a obrigatoriedade da implementação de medidas de acessibilidade, ajustes curriculares e disponibilização de profissionais de apoio, quando necessário (Brasil, 2015).

O artigo 2º da mesma legislação equipara a pessoa com autismo àquela com deficiência para todos os efeitos legais, garantindo-lhe acesso integral aos direitos fundamentais, à educação, à saúde e à convivência familiar e comunitária. Desse modo, a inclusão da criança com TEA passa a representar um direito legalmente resguardado. “É direito de o autista ter acesso a educação, seja pública ou privada, e é dever do Estado e instituições privadas assegurar

educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (Souza et al., 2023).

Um dos pontos centrais desse avanço normativo é o reconhecimento do direito ao acompanhante terapêutico (AT), sempre que indicado por um profissional da saúde, como forma de garantir a efetiva inclusão em ambientes escolares e sociais. Sobre isso, Souza et al. (2023) destacam:

É dever da escola integrar o aluno em sala de aula com crianças da mesma idade que a sua e oferecer, caso seja necessário, um profissional capacitado para auxiliá-lo durante as aulas. O custo desse profissional não pode ser repassado para os pais da criança autista e nem ser negado pela instituição de ensino (art. 28, § 1º da Lei 13146/15). Há diversas decisões judiciais de operadoras de planos de saúde incumbidas na obrigação de custear psicopedagogo para a criança que tiver indicação médica sobre essa necessidade (Souza et al., 2023).

Apesar das conquistas, a inclusão escolar ainda enfrenta inúmeros entraves, como a falta de profissionais devidamente qualificados, a sobrecarga de atribuições dos docentes e a limitação de recursos didáticos e humanos. Diante desse panorama, torna-se imprescindível que o Estado desenvolva e implante políticas educacionais eficazes, assegurando a formação continuada dos educadores, a adequação da infraestrutura escolar e a atuação de equipes interdisciplinares. A presença do acompanhante terapêutico, por exemplo, é, em diversos contextos, indispensável para possibilitar intervenções eficazes e personalizadas, favorecendo o desenvolvimento integral da criança com TEA. O reconhecimento da importância desse profissional como instrumento de promoção da autonomia e da participação social representa um avanço relevante na integração escolar de crianças com autismo. Nesse contexto, Sousa (2021) observa:

Apesar de legislações anteriores já afirmarem a importância da educação especial, somente quando tornou-se obrigatório o recebimento de pessoas com deficiência nos estabelecimentos de ensino regular, com a LBI em 2015, ocorreu um aumento significativo de matrículas de alunos com os mais diversos distúrbios e transtornos de desenvolvimento (Sousa, 2021).

É notório que os efeitos da aplicação dessas normas no ordenamento jurídico são significativos. A inserção de estudantes autistas em instituições regulares transforma o ambiente escolar em um espaço mais inclusivo e diversificado (Souza et al., 2023). As adaptações pedagógicas e a adoção de estratégias metodológicas diferenciadas favorecem o progresso de todos os alunos, promovendo a valorização das diferenças e a convivência com a diversidade. Para os estudantes com TEA, a inclusão representa uma oportunidade concreta de desenvolvimento intelectual, social e emocional, rompendo com práticas excludentes anteriormente adotadas (Gallassi et al., 2022).

No entanto, muitas dessas legislações permanecem ineficazes em sua aplicação cotidiana, seja por ausência de mecanismos de fiscalização, seja pela falta de execução adequada. A insuficiência na qualificação de professores, a carência de profissionais de apoio, os preconceitos arraigados e a resistência de algumas instituições de ensino ainda comprometem a efetividade das práticas inclusivas (Gallassi et al., 2022). Embora a legislação seja robusta e protetiva, sua efetividade depende de vontade política, alocação de recursos públicos e fiscalização adequada (Sousa, 2021).

Dessa forma, os efeitos da legislação nacional sobre a inclusão escolar de crianças com autismo são incontestáveis. Ainda que persistam desafios, existe um arcabouço jurídico consistente que sustenta a busca por uma educação verdadeiramente inclusiva, onde cada criança, independentemente de suas particularidades possa aprender, crescer e participar de forma ativa da vida escolar e social.

Assim, a inclusão educacional de crianças com TEA deve ser compreendida como um direito fundamental, inalienável e indispensável (Coelho, 2025). Para sua concretização, é necessário um engajamento político efetivo, uma abordagem pedagógica sensível às especificidades do transtorno e uma atuação colaborativa entre escola, família, profissionais da saúde e sociedade. Apenas com essa articulação será possível edificar um ambiente escolar genuinamente inclusivo, que respeite as singularidades de cada estudante e garanta oportunidades equitativas de crescimento e desenvolvimento a todas as crianças.

Todavia, a realidade brasileira ainda se mostra distante desse ideal. Em muitas localidades, especialmente nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, a implementação de políticas inclusivas é frequentemente negligenciada (Gallassi, 2022). Há instituições que não oferecem o suporte técnico necessário e, em diversas situações, contam apenas com cuidadores desprovidos da formação específica para lidar com as demandas do TEA. Em alguns contextos, sequer há profissionais disponíveis, o que agrava ainda mais a situação (Sousa, 2021).

Diante desse quadro, torna-se evidente que a aplicação efetiva das normas legais desempenha um papel essencial na consolidação da inclusão e no avanço da qualidade educacional de crianças com autismo. O ordenamento jurídico vigente assegura o direito ao ensino de qualidade e a inserção no sistema regular, com o apoio devido para sua plena evolução. Nesse sentido, sobressai a obrigatoriedade das adaptações pedagógicas e da oferta de suporte especializado (Brasil, 2015).

Não obstante, essa função legislativa é essencial para o desenvolvimento das políticas públicas, considerando, sobretudo, os direitos básicos e sociais que apesar dos desafios

enfrentados, o país conta com relevantes legislações. Enfim, o compromisso com a promoção da equidade e o respeito à diversidade refere-se à inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista no ambiente educacional, considerando, sobretudo, as incapacidades locais e educacionais das políticas públicas.

2.2.3 Desafios enfrentados por escolas na implementação da educação a crianças com — TEA

Um dos principais obstáculos no desenvolvimento de crianças autistas é enfrentar a formação inadequada dos profissionais da educação. Muitos docentes não possuem conhecimento específico sobre o espectro autista, suas particularidades, manifestações e estratégias pedagógicas apropriadas ao ensino dessas crianças. “Investir na formação de professores para que consigam atender de forma adequada, os estudantes com dificuldades de aprendizagem, tendo como causa associada algum distúrbio, é o desafio do momento das redes de educação” (Castro, 2023).

Essa deficiência decorre em grande medida, da falta de abordagem sobre educação inclusiva nos cursos de licenciatura, assim como da limitada oferta de programas de formação continuada com padrão de exigência aos profissionais de educação país afora. “Informações específicas sobre o funcionamento autístico são ferramentas essenciais para orientar o professor no trato com esse aluno e, sobretudo, auxiliá-lo em seu desenvolvimento” (Silva, 2012).

A insuficiência na formação dos docentes afeta de forma direta a qualidade do ensino oferecido ao aluno com Transtorno do Espectro Autista. Professores sem a devida preparação tendem a adotar metodologias pedagógicas convencionais, rudimentares, muitas vezes inadequadas para esse grupo, ou a interpretar as manifestações características do transtorno como comportamentos indisciplinados ou falta de motivação, o que pode resultar em uma exclusão escolar velada. E, sobretudo, grandes prejuízos educacionais à criança que pode interpretar aquela ausência dos pedagogos como uma forma de exclusão. Silva (2012) expõe que: “é preciso entender que ela olha, sente e percebe o mundo de forma muito diferente da nossa. Ela o vê fragmentado, aos pedacinhos, como se fosse um enorme quebra-cabeça, cujas peças precisam ser aos poucos encaixadas [...]”.

Nas escolas, a falta de conhecimento acerca do autismo pode provocar insegurança e relutância entre os professores, que se percebem sobrecarregados diante da incumbência de atender a todos os alunos sem o respaldo técnico necessário. Os professores também sofrem. Essa situação favorece uma prática pedagógica fragmentada e perpetua a concepção de que

somente profissionais especializados têm malemolência para trabalhar com estudantes com TEA — entendimento que se opõe aos fundamentos da educação inclusiva, que deve se valer de todos os recursos disponíveis para evitar crises. “A temática do espectro autista ainda é, de certa forma, um obstáculo nas escolas, especialmente pelo despreparo dos profissionais, que, em suas formações iniciais e continuadas, não tiveram acesso a tais conhecimentos, muito menos orientações práticas de abordagem” (Castro, 2023).

“Quando pensamos na palavra “crise”, muitas vezes a associamos a situações extremas e incontroláveis, como explosões emocionais ou momentos de total desespero. No entanto, a definição de crise vai além disso” (Coelho, 2025). É evidente que uma criança autista em crise pode se colocar em situação de perigo ou expor pessoas em seu entorno, devido ao seu estado de extremo estresse ou desconforto.

É notório que uma criança com — TEA ao vivenciar uma crise, pode colocar em risco tanto a própria integridade quanto a das pessoas que a cercam. Tais episódios provocados por estímulos sensoriais excessivos, frustrações ou alterações inesperadas na rotina, podem resultar em comportamentos como gritos, agressividade, tentativas de evasão ou atos de autolesão. Essas atitudes devem ser interpretadas como respostas involuntárias a um intenso estado de estresse ou desconforto emocional. “Esses comportamentos ocorrem, muitas vezes, sem motivo e não trazem um significado coerente. Por isso, consideramos tais comportamentos como disfuncionais” (Silva, 2012).

Crianças com Transtorno do Espectro Autista — TEA frequentemente enfrentam crises que podem comprometer a segurança delas e de quem as rodeia. desencadeados por sobrecarga sensorial, frustrações ou mudanças na rotina, esses episódios se manifestam em gritos, agressividade, tentativas de fuga ou autolesão; comportamentos que são, na verdade, respostas involuntárias a um alto nível de estresse ou desconforto emocional. Como observa Silva (2012) são ações muitas vezes sem motivo aparente e que não possuem um significado coerente, sendo, portanto, consideradas disfuncionais. Estudos de Coelho (2025) reforçam que entre 50% e 70% das crianças com TEA exibem comportamentos desafiadores recorrentes, incluindo agressividade e autoagressão, geralmente ligados à dificuldade em identificar e comunicar suas emoções e necessidades de forma eficaz.

A ausência de compreensão a respeito dessas condutas tende a agravar o quadro, culminando em abordagens inadequadas. Diante disso, é imprescindível que professores, familiares e profissionais estejam devidamente qualificados para identificar os sinais de crise e agir de forma empática, segura e eficiente. A criação de ambientes estruturados, acolhedores e

ajustados às particularidades sensoriais da criança, são essenciais para a prevenção dessas situações.

A inclusão educacional de crianças com (TEA) é essencial para promoção da equidade no ambiente escolar, consolidando assim os princípios de uma sociedade verdadeiramente democrática. Garantir o acesso à educação, independentemente de suas particularidades, vai além de uma exigência legal, trata-se de um princípio constitucional de grande relevância social e humanitária. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina que os sistemas de ensino devam assegurar adaptações curriculares e fornecer o suporte necessário aos alunos com necessidades educacionais especiais (Brasil, 1996).

Nesse contexto, a escola desempenha um papel central na efetivação da inclusão. Seu compromisso deve ultrapassar a simples inserção física do aluno com TEA, promovendo sua participação ativa nas atividades pedagógicas e na vida escolar. Para isso, é necessário reformular o currículo, flexibilizar métodos de ensino tradicionais, adaptar os materiais didáticos e incentivar a formação de educadores preparados para lidar com a diversidade. O docente precisa ser capacitado não apenas tecnicamente, mas também sensibilizado quanto à importância de acolher as diferenças presentes no ambiente educacional (Alves, 2023).

Os desafios não estão apenas relacionados à deficiência pedagógica, pois às crises na criança autista apresentam distintas vertentes. Outro obstáculo significativo com relação educacional diz respeito às condições estruturais das escolas. Diversas escolas ainda não dispõem da preparação necessária para oferecer um espaço sensorialmente apropriado, o que pode desencadear crises e dificultar o processo de adaptação do aluno autista. A inclusão de estudantes com TEA também enfrenta entraves de natureza institucional e cultural. Em diversas escolas, ainda prevalece a concepção de que o aluno com deficiência deve se adequar às normas estabelecidas pela instituição, ao invés de se adaptar às suas particularidades.

Locais com excesso de ruídos, iluminação intensa, muitos estímulos visuais ou rotinas instáveis são especialmente desafiadores para crianças com TEA. A carência de ambientes destinados ao acolhimento emocional, de salas para regulação sensorial e de recursos pedagógicos adaptados compromete não apenas a permanência, mas também o desenvolvimento educacional desses estudantes. Como se vê, são muitos desafios. Coelho (2025) destaca que: “enriquecer o ambiente e a rotina não é apenas uma questão de tornar o dia mais agradável, mas de criar um espaço onde uma criança ou jovem se sinta acolhido, valorizado e motivado a aprender”.

A cultura escolar, muitas vezes orientada por padrões inadequados de desempenho e conduta, tende a interpretar a diversidade como um obstáculo, e não como um valor a ser promovido. Essa perspectiva se reflete em atitudes discriminatórias, expectativas reduzidas

quanto ao potencial de aprendizagem do estudante autista e resistência à adoção de metodologias pedagógicas diferenciadas. Outro fator que evidencia a resistência à inclusão é a limitada comunicação entre a equipe pedagógica, os familiares e os demais profissionais envolvidos no processo educacional. A ausência de diálogo compromete a elaboração de estratégias conjuntas e o acompanhamento eficaz do percurso educativo. Superar esse desafio exige ações permanentes de sensibilização e formação, que promovam uma mudança de mentalidade em relação à deficiência e fomentem a valorização da diversidade. A Legislação brasileira contempla normativas e estratégias de inclusão escolar para PENs (Pessoas com Necessidades Especiais), mas muitos profissionais da educação não foram preparados para atender a demanda que requer estratégias personalizadas de aplicação, com carinho e afeto (Castro, 2023).

Além disso, a escassez das tecnologias assistivas e de instrumentos específicos, como agendas visuais, materiais com pictogramas, softwares de comunicação alternativa, entre outros, restringe a autonomia e o engajamento do aluno nas práticas escolares. “Tecnologia assistiva é definida como produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que tenham como objetivo promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (GOV. BR, 2022). Por fim, esses recursos são fundamentais para possibilitar uma inclusão genuína e assegurar o acesso equitativo ao conteúdo curricular educacional. Pois a atuação de profissionais de apoio nas instituições de ensino como cuidadores, educadores, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e acompanhamento terapêutico, somado às tecnologias assistivas são de suma importância para atender às demandas específicas de estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como propósito analisar a aplicabilidade da legislação brasileira no tocante à efetivação dos direitos educacionais de crianças com Transtorno do Espectro Autista — TEA, com especial atenção aos avanços normativos alcançados, aos desafios enfrentados na prática e às implicações institucionais que influenciam o processo de inclusão escolar. Ao longo do estudo, buscou-se compreender de que forma o ordenamento jurídico tem contribuído ou falhado na garantia de uma educação verdadeiramente inclusiva, equitativa e acessível a esse grupo.

Constatou-se que, embora a legislação represente um importante marco jurídico ao reafirmar os princípios de equidade, acessibilidade e participação plena das pessoas com deficiência, sua efetivação ainda enfrenta obstáculos significativos. Entre os principais entraves identificados, destacam-se a carência de infraestrutura adequada nas unidades escolares, a insuficiência de profissionais habilitados, as fragilidades na formação docente e a persistência de barreiras de natureza cultural e comportamental, que comprometem a implementação efetiva de práticas educacionais inclusivas.

É encorajador observar que a legislação brasileira se consolidou como um referencial importante, reafirmando os princípios da equidade e da acessibilidade. Isso evidencia que, do ponto de vista constitucional, o país dispõe de um arcabouço normativo robusto para a inclusão educacional. No entanto, é preciso reconhecer que a mera existência da norma legal não assegura sua aplicação prática. Os desafios operacionais e institucionais apontados nesta pesquisa refletem uma realidade vivenciada cotidianamente por pais, educadores e pelas próprias crianças com TEA. A falta de infraestrutura adequada, a escassez de profissionais qualificados e a persistência de barreiras culturais figuram entre os maiores obstáculos. Trata-se, portanto, não de uma ação pontual, mas de um processo contínuo que exige comprometimento.

É indispensável que haja investimentos reais e consistentes na formação continuada de professores, na contratação de equipes multidisciplinares e na adaptação dos espaços físicos escolares. Além disso, o fortalecimento da parceria entre escola e família configura elemento fundamental nesse processo. Isso implica ir além do mero cumprimento da legislação, buscando, de fato, compreender e atender às necessidades individuais de cada criança com TEA.

A educação inclusiva de qualidade não deve ser entendida apenas como um direito legal, mas como um imperativo social e moral. É o caminho necessário para garantir que essas crianças, com suas singularidades e potencialidades, possam se desenvolver plenamente e contribuir com a sociedade. Sem essa compreensão e dedicação, a inclusão corre o risco de permanecer apenas no campo das promessas, sem se concretizar na realidade.

Considera-se, assim, que a garantia plena dos direitos educacionais das crianças com TEA demanda um comprometimento contínuo com a implementação de políticas públicas inclusivas, investimentos sólidos em formação docente, ampliação do suporte técnico especializado e o fortalecimento da articulação entre escola e família. Somente por meio de uma atuação integrada e sensível às especificidades do autismo será possível transformar os

preceitos legais em práticas efetivas, assegurando uma educação verdadeiramente inclusiva, equânime e de excelência para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (**Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de novembro de 1989. Dispõe sobre o **apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social**. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/LEI_N__7_853__DE_24_DE_NOVEMBR_O_DE_1989_15226884547518_7091.pdf. Acesso em: 19 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

GOV.BR. **O que é Tecnologia Assistiva?** Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia/faq/o-que-e-tecnologia-assistiva>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CASTRO, Thiago (Coord.). **Simplificando o autismo** [livro digital]: para pais, familiares e profissionais. São Paulo, SP: Literare Books Internacional, 2023.

COELHO, Fábio. **TEA sem crise**: guia prático para prevenir comportamentos-problema graves de forma humanizada e eficiente. Brasília, DF: Ed. do Autor, 2025.

GALLASSI, Almir et al. **Estatuto da pessoa com deficiência** [recurso eletrônico]: comentários à Lei 13.146/2015. 2. ed. Organização de Guilherme Magalhães Martins, Livia Pitelli Zamarian Houaiss. Indaiatuba, SP: Editora Foco, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa et al. **Mundo singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.

SOUZA, Alessandra Varrone de Almeida Prado et al. **Direitos dos autistas** [livro eletrônico]. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2023.

SOUSA, Marlla Mendes de. **Autismo**: legislação, jurisprudência e políticas públicas. Coord. Marlla Mendes de Sousa. Brasília: OAB Editora, 2021.

ZAMBELLO, Aline Vanessa et al. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Org. Thiago Mazucato. Penápolis: FUNEPE, 2018.